

A ARTICULAÇÃO ENTRE OS CONSELHOS DE POLÍTICAS CULTURAIS DOS MUNICÍPIOS DA BAIXADA FLUMINENSE E OS ELEMENTOS DO SISTEMA NACIONAL DE CULTURA

Marina Teixeira Gonçalves (UFRRJ) - marinatgoncalves@gmail.com

Janaina Machado Simões (UFRRJ) - janainamsimoes@gmail.com

Resumo:

Os conselhos municipais de políticas culturais são um dos elementos estabelecidos no Sistema Nacional de Cultura (SNC) para ampliar a participação social nas decisões de políticas culturais. O SNC é uma política pública de cultura que visa a articulação entre os entes da federação, dos estados e dos municípios. Dessa forma, há uma necessidade de que os governos locais repensem as práticas participativas no contexto local. Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo compreender a articulação entre os conselhos de políticas culturais dos municípios da Baixada Fluminense e os elementos do Sistema Nacional de Cultura. Partindo de uma pesquisa qualitativa, foi possível verificar que a articulação dos conselhos com os principais elementos do SNC ainda é muito deficitária por conta das dificuldades técnicas em executar as exigências, a secretaria de cultura, por exemplo, ainda não é uma realidade em muitos municípios, além dos desafios enfrentados pela falta de recursos na área da cultura, e o distanciamento com as instâncias superiores. O SNC é uma política cultural recente que visa a institucionalização da área do cultura no país e a articulação entre órgãos municipais, estaduais e federal da cultura porém após dados apresentados pode-se inferir que há necessidades de melhoria no diálogo e cooperação entre esses para que os municípios consigam se adequar ao sistema.

Palavras-chave: *conselhos de políticas culturais, políticas culturais, Sistema Nacional de Cultura*

Área temática: *GT-17 Organização, Política e Cultura*

1. Introdução

A gestão pública da cultura durante décadas foi marcada por uma série de problemas especialmente ligados a falta de recursos e a descontinuidade de políticas públicas. Porém, após 2003, começou-se a pensar a cultura além do papel econômico que ela pode exercer, mas também no simbólico e cidadão. Dessa forma, houve uma reestruturação na gestão pública da cultura no país, a começar por mudanças no próprio Ministério Nacional da Cultura (MINC).

Conforme afirma os autores Moreira e Faria (2005), as transformações sociais passam pelo entendimento da realidade cultural do local, que deve ir além das atividades artísticas, é o reconhecimento dos valores. Pois, muitas vezes, quando o governo valoriza a cultura, só leva em consideração as artes. Enquanto, para haver uma governança no campo cultura deve ser considerado os patrimônios materiais e imaterias (MOREIRA; FARIA, 2005). Carvalho (2009) justifica esse olhar mercantilista como resquício dos ideais neoliberais difundidos na década de 90.

A nova gestão pública proposta pelos governos neoliberais da década de 90, afetou também a gestão da cultura, fortalecendo a dimensão econômica e mercadológica da cultura (CARVALHO, 2009). Diante disso, a cultura passou a ser controlada pelo mercado, pelo financiamento do mercado, o que culminou na multiplicação dos números de institutos e fundações financiadas pela iniciativa privada. Conseqüentemente, uma maior ênfase em ações culturais de curto prazo e para um grande público, a fim de gerar visibilidade para a empresa financiadora (CARVALHO, 2009).

Ao que se refere a participação social, o modelo gerencialista, apesar de uma redemocratização da gestão pública por meio da abertura de espaços participativos acaba usando-os para interesses próprios. Segundo Carvalho (2009), neste período, parte das atividades não exclusivas do Estado foi passado para a sociedade, que tinha executam essas atividades, mas não tomam decisões sobre políticas. E também, não há fortalecimento da cidadania, e os espaços participativos são usados para legitimar decisões tomadas previamente pelo Estado (CARVALHO, 2009).

Entretanto, a partir de 2003, algumas mudanças na gestão pública da cultura foram notadas. Portanto, Carvalho (2009) reafirma, que uma visão mais simbólica da cultura, torna possível que o Estado pensem na cultura para além das questões mercadológicas. Para isso, os governos devem ter como prioridade estimular a ação

cultural por todos os segmentos culturais, e ainda destinar um maior orçamento para a área cultural (MOREIRA; FARIA, 2005). Por fim, para uma gestão pública da cultura com ampla participação social, é necessário que as práticas sejam mais efetivas que os discursos apresentados. De acordo com Carvalho (2009, p. 33): “As posições de poder no campo, nesses momentos, estão em disputa, e a emancipação e a autonomia preconizadas não de ser conquistadas, pois a cedência feita no discurso não se realiza sem luta.”

Considerando que a proposta do MINC a partir do SNC é integrar todas as instâncias federativas, estaduais e municipais, de forma que tenham ampliado os direitos à cultura. A proposta do SNC é trazer uma nova forma de gestão na área da cultura, e que nos âmbitos estaduais e municipais a cultura seja administrada pelos critérios pré-estabelecidos pelo MINC. Entendendo que cada município e estado tem suas especificidades, e principalmente que as cidades têm um papel especial dentro da gestão pública (CALABRE, 2009).

Segundo Calabre (2009), após a constituição de 88, os municípios passaram a ter maior responsabilidade sobre os serviços prestados para a sociedade local. E isto caracteriza um marco principalmente para área da cultura tendo em vista as constantes dificuldades que está área passar para conseguir a institucionalização (LEITÃO, 2009). Devido a isso, a Gestão Municipal da cultura deve atentar-se que para a construção de políticas culturais é necessário ampliar os canais de participação e dialogo com a população (FARIA, 2009).

Entretanto, para que os espaços de participação nos municípios exerçam papel mais efetivo nas decisões, os atores culturais e os responsáveis para gestão devem ser informados sobre a importância de ter formas de gestão alternativas. Para Faria (2009) estes processos participativos nas cidades são importantes para fortalecer da política local e conseqüentemente de mudanças e desenvolvimento do município. Além disso, o município por ter um território muito menor de atuação consegue com maior facilidade elaborar políticas mais próxima da necessidade e da demanda da população (SILVA; OLIVEIRA, 2007).

De acordo com Moreira e Faria (2005), as cidades são compostas pela diversidade cultural, e o papel da gestão cultural é valorizar os múltiplos segmentos por meio do diálogo. Os autores continuam discorrendo que a função da gestão municipal é a distribuição dos serviços e ações culturais de forma mais justa por todo o município, elaborando políticas que não valorizam apenas o valor econômico da cultura. Dessa

forma, há uma necessidade de que os governos locais repensem as práticas participativas no contexto local. Pois muitos governos utilizam-se dos canais de participação apenas para cumprir obrigações legais como fazer parte do SNC (MOREIRA; FARIA, 2005). Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo compreender a articulação entre os conselhos de políticas culturais dos municípios da Baixada Fluminense e os elementos do Sistema Nacional de Cultura.

2. Os Conselhos de Políticas Públicas

Conforme discutido acima, há diversos mecanismos de participação social disponível, porém, para atender ao objetivo da pesquisa, propõe-se aqui destacar os conselhos gestores e o papel deste na sociedade, mais especificamente no contexto brasileiro. No Brasil, os conselhos estão presentes em todos os municípios e estados, conectados com a esfera federal, com intuito de estreitar a relação entre Estado e sociedade civil. Os conselhos têm um papel importante de desempenhar na gestão pública, fazer com que o processo decisório ocorra juntamente com a sociedade, levando em consideração o interesse da maioria (ALMEIDA; TATAGIBA, 2012).

De acordo com Tatagiba (2010, p. 29), a proliferação dos conselhos é uma das “principais inovações institucionais que acompanham e particularizam o processo de redemocratização”. Alguns conselhos foram estabelecidos antes mesmo da Constituição de 88, porém muitos deles, como o de cultura, tinham o papel meramente decorativo (TEIXEIRA, 2005; TATAGIBA, 2010). No entanto, após 88, os conselhos em várias áreas tornam-se obrigatórios por lei federal, e muitos, estão ligados a fundos para funcionamento da área, como são os casos do conselhos de educação, saúde e cultura (TEIXEIRA, 2005).

Para Teixeira (2005), os conselhos podem ser de duas naturezas: deliberativos e consultivos. Os conselhos deliberativos, são aqueles em que a Políticas Públicas do setor do qual conselho faz parte será decidida pelo conselho para ser aprovadas, e só assim, ser executada pela poder público (TEIXEIRA, 2005). Enquanto, os conselhos consultivos, são apenas consultados em relação as propostas de políticas públicas, podendo ou não ser levado em consideração (TEIXEIRA, 2005). Porém, Teixeira (2005) afirma que na prática muitos conselhos deliberativos, são apenas consultivos.

Segundo Teixeira (2005), os conselhos foram criados com o objetivo de partilhar o poder, de forma que este não fique apenas na mão do Executivo, e também,

se um espaço de solução de conflitos da sociedade, e lugar para expandir a democracia, gerando políticas públicas mais efetivas e uma administração melhor dos recursos para a sociedade. Entretanto, apesar da proposta inicial dos Conselhos ser interessante, a autora Teixeira (2005) aponta cinco problemas enfrentados pelos Conselhos: eficácia, paridade, quantidade de conselhos, falta de articulação entre conselhos e cidades.

O primeiro problema apontado é a eficácia dos Conselhos, que conforme Teixeira (2005) acredita, está relacionado aos poucos recursos destinados áreas sociais, e impendem os Conselhos de propor melhorias. De acordo com Teixeira (2005), o segundo problema enfrentado pelos Conselhos que atrapalha a efetividade destes é a representatividade tanto do governo quanto da sociedade, que na maioria das vezes não possui conhecimento e engajamento com os assuntos abordados nos Conselhos, e acabam deliberando ações que não saem do papel.

O terceiro problema apresentado pela autora, é o aumento da quantidade de Conselhos, que na experiência de São Paulo, têm havido pouca articulação entre eles. E conseqüentemente, o quarto problema é também a falta de articulação entre as diversas esferas públicas, concentrando as atividades e equipamentos nas regiões centrais do País (TEIXEIRA, 2005). Por último, o problema é a falta de articulação entre as regiões da cidade, em cidades grandes a representatividade do governo fica devassada e desigual (TEIXEIRA, 2005).

Portanto, a fim de sanar os problemas apresentados, a autora Teixeira (2005) propõe algumas mudanças visando engajar a sociedade como: ampliar o diálogo entre os Conselhos e a sociedade, investir em fóruns, arenas de discussão, articular os diversos Conselhos da área, disponibilizar dados e informações importantes para as decisões. No intuito de também melhorar a articulação com o Poder Público, a autora Teixeira (2005) sugere que no Conselhos Municipais tenha também representantes do governo estadual e que haja articulação entre os outros espaços participativos da cidade.

3. Participação Social nos Conselhos Municipais de Cultura

Durante longos anos, as políticas culturais não foram prioridade para o Estado. As políticas culturais por muito tempo, eram políticas de governo, em que a cada mudança de governo, não havia continuidade. O autor Mata-Machado (2000) vai dividir políticas culturais em dois tipos: política pública de cultura (PPC) e política governamental de cultura (PGC). Sendo que esta última visa a legitimação dos governos

e promoção dos governantes através de eventos, e planejamento de curto prazo sem a participação da sociedade (MATA-MACHADO, 2000).

Por outro lado, uma PPC deve ter como objetivo central de ampliar o acesso aos direitos e deveres culturais através da participação social juntamente com o poder pública em decidir as política culturais (MATA-MACHADO, 2000). Além disso, uma política cultural para ser pública deve priorizar o planejamento a longo prazo e ações culturais permanentes com a participação social (MATA-MACHADO, 2000). Desde 2003, então, é possível notar mudanças nas políticas culturais, priorizando e incentivando a formulação de PPC. O PNC e o SNC são exemplos de políticas públicas de cultura construídas a partir de 2003.

De acordo com Canedo (2009), a cultura tem um papel central na sociedade, e para de fato ela contribua no desenvolvimento social é necessário a atuação efetiva do Poder Público nas elaboração de políticas por meio de órgãos de gestão da cultura. Canedo (2009), propõe que:

“as decisões sobre políticas culturais sejam partilhadas por meio da criação da esfera pública não estatal, por meio de diálogo entre Estado, conselho, fóruns deliberativos, organizações sociais e a população, buscando a efetividade e a eficácia das ações.” (CANEDO, 2009, p. 84).

Dessa forma, os conselhos municipais de políticas culturais são um dos elementos estabelecidos no Sistema Nacional de Cultura (SNC) para ampliar a participação social nas decisões de políticas culturais. O SNC é uma política pública de cultura que visa a articulação entre os entes da federação, dos estados e dos municípios. Além dos conselhos, as conferências de cultura, os planos de cultura, os órgãos gestores de cultura, são alguns dos elementos que constituem o SNC. A proposta do SNC é fortalecer à área da cultura em três dimensões: simbólica, cidadã e econômica.

Figura 1– Elementos Sistema Nacional de Cultura



Fonte: MINC, 2011.

Os princípios do SNC que evidenciam a ampliação da Participação nas Políticas Culturais são: Democratização, Transparência e Descentralização (MINC, 2011). O primeiro princípio, é a Democratização, que visa a “democratização dos processos decisórios com participação e controle social” (MINC, 2011, p. 25). O segundo é a “transparência e compartilhamento das informações” (MINC, 2011, p. 25). E o terceiro, é a Descentralização “da gestão, dos recursos e das ações”(MINC, 2011, p. 25).

A fim de atingir os objetivos propostos no SNC, foi estabelecida um estrutura de gestão com alguns elementos centrais como: Plano Nacional de Cultura, Conferências de Cultura e Conselho de Políticas Culturais (MINC, 2011). As Conferências de Cultura é uma reunião periódica em que o Poder Executivo convoca a sociedade civil para avaliar as políticas culturais e propor outras diretrizes para o PNC (MINC, 2011). O Conselho de Políticas Culturais, por sua vez, é outro elemento central do SNC, que tem como objetivo em conjunto com integrantes da sociedade civil e do Poder Público legitimar diretrizes propostas nas Conferências e também propor outras ações (MINC, 2011).

Segundo as orientações do MINC (2011), os Conselhos de Políticas Culturais propostos pelo SNC diferenciam-se dos Conselhos de Cultura criados nos anos 60, pois nestes os representantes da sociedade civil eram escolhidos pelo Poder Público (MINC, 2011). Nestes Conselhos Tradicionais de Cultura, como denominados pelo MINC, a descentralização das decisões, a autonomia da sociedade civil e a diversidade cultural não eram respeitados (MINC, 2011). Os Conselhos de Políticas Culturais, assim renomeado pelo MINC visa expressar o verdadeiro sentido dos Conselhos atuais, que propõem maior Participação Social (MINC, 2011).

Para o MINC (2011), o Conselho de Políticas Culturais é:

“uma instância colegiada permanente, de caráter consultivo e deliberativo, integrante da estrutura político-administrativa do Poder Executivo, constituído por membros do Poder Público e da Sociedade Civil. Criado por lei, tem como principais atribuições: propor e aprovar, a partir das decisões tomadas nas conferências, as diretrizes gerais do Plano de Cultura e acompanhar sua execução; apreciar e aprovar as diretrizes gerais do Sistema de Financiamento à Cultura e acompanhar o funcionamento dos seus instrumentos, em especial o Fundo de Cultura; e fiscalizar a aplicação dos recursos recebidos decorrentes das transferências federativas. O Conselho deve ter na sua composição pelo menos 50% de representantes da sociedade civil, eleitos democraticamente pelos respectivos segmentos, e ser instituído em todas as instâncias da Federação (União, Estados, Municípios e Distrito Federal)” (MINC, 2011, p. 27).

Nos Conselhos atuais, no que diz respeito a escolha dos membros destes, uma parte são os representantes indicados pelos órgãos do Poder Público e outras instituições públicas que integram aos Conselhos (MINC, 2011). Já os representantes da sociedade civil, devem ser escolhidos por segmento, o que não fica muito claro nas descrições quem são os possíveis representantes da sociedade, mas pode ser entendido como são cadastrados os eleitores. Os eleitores dos representantes dos Conselhos para se cadastrar devem ser membros de grupo artísticos e movimentos sociais cadastrados nos órgãos gestores municipais de cultura ou moradores da região em que os Conselhos estão inseridos (MINC, 2011).

O mandato do conselheiro dura dois anos, podendo ser renovado por mais dois anos (MINC, 2011). Durante esses anos, as atribuições dos conselheiros são comparecer as reuniões, refletir sobre as pautas proposta, e as ações devem ser pautadas sempre levando em consideração os interesses da comunidade, bairro, da cultura como um todo, e não apenas do setor que ele representa (MINC, 2011). Entretanto, os processos são distribuídos pelo presidente do Conselho conforme a especialidade do conselheiro e o setor que este representa (MINC, 2011).

As diretrizes de funcionamento dos Conselhos de Políticas Culturais é definido por meio de um regimento interno aprovado em instâncias maiores, como reuniões plenárias, câmaras ou comissões técnicas permanentes, ou grupos de trabalhos temporários (MINC, 2011). Dos cargos nos Conselhos, os principais são o de presidente do conselho e o de secretário geral, que devem ser um representante da sociedade civil, e outro representante do Poder Público, mas não necessariamente nessa ordem (MINC, 2011). E ao órgão de cultura municipal cabe dar suporte as atividades dos Conselhos, bem como disponibilizar as pautas e relatórios com antecedência para os conselheiros (MINC, 2011).

Sendo assim, os Conselhos de Políticas Culturais Municipais são um componente do Sistema Nacional de Cultura têm como objetivo central formular diretrizes gerais para as Políticas Culturais conforme as deliberações das Conferencias de Cultura (MINC, 2011). E ainda, tomar decisões que considerem o desenvolvimento da cultura local, bem como a preservação do patrimônio e incentivo às artes (MINC, 2011). Por fim, os Conselhos de Políticas Culturais devem respeitar os princípios do PNC, principalmente, o de paridade e escolha democrática dos representantes (MINC, 2011).

Entretanto, os conselhos de política culturais enfrentam dois principais desafios: (a) diversificar e ampliar as representações dos conselhos, de forma a incluir representantes das mais diversas linguagens artísticas; (b) representação dos diferentes movimentos sociais e urbanos (MOREIRA;FARIA, 2005). Por isso, deve-se proporcionar a descentralização dos conselhos por meio de conferências de cultura em várias regiões dos municípios proporciona diversificação do quadro de conselheiros. E ainda, possibilita o conhecimento das demandas culturais dos espaços e regiões do município (MOREIRA;FARIA, 2005).

Entende-se que os conselhos não são capazes de solucionar todas as demandas da sociedade, porém, eles devem proporcionar um espaço de debate e discussões sobre a cultura do município (FARIA, 2009). Além disso, ser um lugar para ouvir as demandas culturais e fortalecer a participação social. Contudo, Barbalho (2009, p.95) alega que os conselhos têm se tornado “estruturas corporativas”, que mesmo quando atuam de forma deliberativa, favorecem os interesses de grupos representados nos conselhos. O autor destaca ainda, a presença, muitas vezes em maioria dos representantes do governo, que inviabiliza a partilha de poder.

Os conselhos para ter um caráter mais decisivo nas políticas culturais precisam ampliar a articulação com outras instâncias participativas dentro da sociedade e também com outros órgãos legislativos e executivos. E assim, conforme Faria (2009, p. 102) discute na seguinte afirmação sobre os conselhos: “Deveria potencializar atores culturais, promover a aproximação entre sociedade e governo, ouvir rumores de criatividade pública e contribuir para a criação da esfera pública da cultura”. Porém, muitos conselhos de cultura são apenas figurativos, só existem cumprir uma obrigação requisitos para participar do sistema de cultura e estar apto para o município receber recursos financeiros para área da cultura (FARIA 2009).

4. Metodologia

A presente pesquisa a fim de atingir os objetivos propostos, partiu da abordagem da perspectiva qualitativa. Conforme Minayo (2012), esta abordagem busca compreender os significados e valores da realidade social que não podem ser quantificados. De acordo com Minayo (2012), a pesquisa qualitativa deve ser dividida em três etapas: (1) *fase exploratória*; (2) *trabalho de campo*; (3) *análise e tratamento do material empírico e documental*.

Sendo assim, na presente pesquisa utilizou como mecanismos de coleta de dados a pesquisa documental, observação e entrevistas semiestruturadas a fim de

alcançar os objetivos propostos. Dessa forma, o foco da pesquisa foram os Conselhos Municipais de Cultura da Baixada Fluminense. Foram entrevistados 23 conselheiros municipais de cultura dos municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti, Seropédica.

Assim, os dados coletados serão analisados por análise de conteúdo com grade fechada, que segundo Vergara (2005) é a grade mais apropriada para pesquisa descritivo-explicativa, porque permite analisar de forma mais direta “a presença ou ausência de determinados elementos” (VERGARA, 2005 p.18). Análise de conteúdo se dará em três etapas como proposto por Vergara (2005). A primeira etapa de pré-análise, em que seleciona as categorias e estruturas de análise de conteúdo que melhor irá analisar os dados que serão coletados.

5. Articulação entre os Conselhos Municipais de Cultura da Baixada Fluminense e os outros componentes do Sistema Nacional de Cultura.

De acordo com o SNC, para que o sistema seja efetivo nas instâncias municipais, o Sistema Municipal de Cultura (SMC), deve conter no mínimo 5 elementos: Secretaria Municipal de Cultura, Conselho Municipal de Política Cultural, Conferência Municipal de Cultura, Plano Municipal de Cultura e o Sistema Municipal de Financiamento de Cultura (MINC, 2011). Para institucionalizar o SMC, o município também deve assinar um acordo de cooperação federativa do SNC (MINC, 2011). E ainda, para que o Sistema Municipal de Cultura seja aderido no Município deve ser implementado uma lei Municipal que legitime as ações, e também estabeleça ligações entre os elementos do SMC (MINC, 2011).

Figura 2 – Sistema Municipal de Cultura



Fonte: MINC, 2011.

Além disso, o Conselho deve acompanhar a execução das diretrizes do PNC, bem como fiscalizar a utilização dos recursos financeiros da área (MINC, 2011). Quanto a composição do Conselho, o SNC prevê que seja composto por 50% dos membros vindos da sociedade civil eleitos de forma democrática (MINC, 2011). Então, após as propostas das Conferências serem aprovadas no Conselho é formulado o PNC para nortear a gestão de Políticas Culturais com as metas para curto e longo prazo definidas com a Participação Social (MINC, 2011).

Após essa breve descrição sobre como o MINC prevê que os SNC acontece em todas as instâncias, abaixo há alguns trechos de entrevistas que relatam como a implementação do sistema tem ocorrido nos municípios. Há um entendimento por parte dos conselheiros da importância da institucionalização da cultura no Brasil, porém, percebe-se que ainda há muitos conflitos sobre o papel da cultura para a sociedade. Na maioria das vezes, as políticas culturais nos municípios resumem-se em eventos.

“E uma outra coisa, que a gente agora tá, focado, agora no dia 08 de novembro, a gente instituiu aqui em Japeri, o dia municipal da cultura, dia 08 de novembro. E aí a gente tá em função desse dia 8. Quando participou da reunião foi essa questão, da gente fazer alguma coisa no dia 08, é o dia municipal da cultura, primeiro ano que vai se comemorar o dia municipal de cultura. E aí, é preciso que a população tome conhecimento disso, participe disso. (...) dele, e tem 08 de novembro, que é o dia da padroeira, então essas duas datas são marcos no município.” (PP JAPERI)

Os municípios da Baixada Fluminense investem muito tempo e recursos nas políticas de eventos, muitas vezes, as próprias reuniões dos conselhos tornam-se reuniões para organizar eventos.

“Então a... ideia de tá sempre presente na... no conselho é também saber o que, que vai ser feito pro município de concreto de pratico, muitas vezes né! porque... gastá-se muito. Eu falei com o prefeito em uma reunião que tive lá... que falei que gastá-se muito com evento. Falei que tem evento que dura uma semana, gastá-se trezentos e cinquentá mil. Ou três dias um evento que é relâmpago, um evento grande que é relâmpago trezentos e cinquentá mil... trezentos mil, falei com esse valor se conseguiria manter oficinas gratuitas no espaço cultural CODIGOS durante dois anos... tendo oficina de teatro, cinema, violão é... desenho, artesanato, pintura, tudo. Né!...” (SC JAPERI)

Entretanto, alguns conselheiros entendem que a política baseada em eventos, não deixa legados culturais no municípios, e os gastos com estes eventos são maiores do que manter políticas culturais contínuas. Entretanto, essa é uma prática comum dos gestores de cultura, que associam a cultura somente com evento culturais.

“Então, não é Queimados, é Brasil, em Queimados, como a nossa cidade está dentro desse contexto nacional a gente tem para reforçar esse ideário né vigente, a gente tem um gasto muito grande com a política de evento, e um gasto infimo com a política continuada de formação, de, política de fomento, é, então isso é uma coisa que eu tenho certeza absoluta e ai eu sou sociedade civil, eu sou militante, sou produtor cultural, mas estou no governo. “ (PP QUEIMADOS)

A qualidade da política cultural do município muitas vezes é medida pelos gestores pela quantidade de eventos culturais que o município realiza, porém, isso não significa que a cultura daqueles municípios está sendo impulsionada, pelo contrário, os artistas contratados para esses eventos não são do município.

“Ah principalmente ações você...se você tivesse chegado aqui há duas semanas atrás, se você olhar nesse banner aqui do seu lado, você vai ver em duas semanas a quantidade de eventos que nós realizamos. Não adianta você ficar ,falando,falando,falando e não mostrar nada, então esse mês de dezembro foram...se não me falha a memória dezoito apresentações.” (PP GUAPIMIRIM)

Juntamente com a cultura de evento, outra questão que marca as políticas culturais nos municípios da Baixada Fluminense é a falta de continuidade das políticas públicas de cultura. As políticas acabam sendo políticas de governo, e não de Estado, então, a cada saída de governante aquela ação se encerra, e outra é formulada pelo novo gestor. Porém, isso causa muitos danos para o desenvolvimento cultural do município.

“Então, Nilópolis, apesar de ser umas cidade pequena em ... território, né... com uma densidade demográfica bem grande. Mas a gente tem... bastante equipamentos, bastante é... meios de desenvolver uma política de cultura bem... bem bacana pros mais novos, mas... adultos, ou até mesmo pros idosos. Então, o papel do conselho ele acaba sendo o de suma importância porque se você não tiver essa atuação em cima desses mecanismos as coisas vão começar acontecer muito isoladamente sem integrar as questões do município.” (SC NILÓPOLIS 1)

Sendo assim, as discussões dentro do conselho também tem o foco nos eventos, então, gasta-se tempo que poderia ser discutidos outros assuntos relevantes para a cultura, mas a organização de eventos torna-se prioridade.

“Ah principalmente ações você...se você tivesse chegado aqui há duas semanas atrás, se você olhar nesse banner aqui do seu lado, você vai ver em duas semanas a quantidade de eventos que nós realizamos. Não adianta você ficar ,falando,falando,falando e não mostrar nada, então esse mês de dezembro foram...se não me falha a memória dezoito apresentações.” (PP GUAPIMIRIM)

A importância dada aos eventos pelos gestores de cultura pode ser explicado pela publicidade que esses eventos dão aos governos. Ou seja, os eventos dão muito mais visibilidade política do que apenas manter atividades culturais no município.

“Então, não é Queimados, é Brasil, em Queimados, como a nossa cidade está dentro desse contexto nacional a gente tem para reforçar esse ideário né vigente, a gente tem um gasto muito grande com a política de evento, e um gasto infimo com a política continuada de formação, de, política de fomento, (...)” (PP QUEIMADOS 1)

Os eventos culturais fazem parte da cultura e são importantes para a sociedade, mas os recursos devem ser administrados da melhor forma, para que outras ações culturais sejam desenvolvidas. Conforme, Castro e Mattos (2009) afirmam que a política têm como foco questionar, fiscalizar e transformar a ordem vigente, pensando no bem de todos. Por isso, as políticas culturais não deveriam basear-se apenas em questões imediatistas, mas também em políticas que englobassem a necessidade de todos.

“Então, Nilópolis, apesar de ser uma cidade pequena em ... território, né... com uma densidade demográfica bem grande. Mas a gente tem... bastante equipamentos, bastante é... meios de desenvolver uma política de cultura bem... bem bacana pros mais novos, mas... adultos, ou até mesmo pros idosos. Então, o papel do conselho ele acaba sendo o de suma importância porque se você não tiver essa atuação em cima desses mecanismos as coisas vão começar acontecer muito isoladamente sem integrar as questões do município.” (SC NILÓPOLIS 1)

O trecho acima destacado mostra, que muitas vezes o município tem condições de fazer uma política pública de cultura efetiva, porém não há o interesse. Os conselhos então tem um importante papel nisso, pois de acordo com Mata-Machado (2000), a política cultural para ser pública deve priorizar o planejamento à longo prazo elaborados com a sociedade civil.

“Então temos praças ao redor, então no horário do rush mais ou menos a gente vai tá fazendo apresentações com esses grupos né, e através do serviço social, fazendo esse esse, convidando as pessoas, de tal forma que tenha o poema mas tenha um lanche, tenha um pão, um café, tenha um quindim. E aí acaba trazendo a sociedade que às vezes nem sabe que aquilo faz parte da cultura ou que existe isso no município porque é uma cidade dormitório que as vezes muita gente sai pra trabalhar e só volta a noite” (PP QUEIMADOS)

As políticas culturais nos municípios da Baixada Fluminense por conta das dificuldades de recursos e da falta de planejamento acabam sendo realizadas informalmente, o que faz com que após os anos daquele governo a ação não continuem acontecendo.

“A gente tem pactuado, mas o Brasil está em crise e tá parado, mas temos pactuado o curso de figurinista, aderecista, iluminador cênico, maquiador cênico, costureiro, mulheres mil, recepção...mais o que meu Deus... Foram 30 cursos, que eu não sei se eu vou conseguir pegar aqui pra você ver...Foram assim uns 30 cursos pactuados com o Ministério da Cultura pra Nilópolis. Mas como tá acontecendo esse problema no Brasil de dinheiro, o dinheiro pro Pronatec deu uma encerrada...” (PP NILÓPOLIS 1)

A descontinuidade das políticas públicas da cultura também acontecem por conta da escassez de recursos, porque muitas vezes por não ser prioridade do governo, a cultura é a primeira a sofrer com os problemas financeiros do município.

“a gente tá tentando ter um direcionamento pra que a gente mude isso, pra que a gente tenha com essas reuniões a gente tá trazendo o conselho pra tá com a gente e que a gente consiga verbas pra fazer outros tipos de eventos culturais. Precisa ter aqui uma escola de música, que é muito importante, e a mais próxima que a gente tem é a Vila Lobos em Paracambi e 40% dos alunos de lá são de Queimados. Então eles tem que se deslocar bastante tempo pra poder...A gente vem lutando por isso e precisa do apoio dos governantes, do próprio prefeito, que como te falei tem as prioridades: obra, saúde...”(PP QUEIMADOS 2)

E mesmo quando há recursos, a aplicação destes nem sempre ocorre a fim de alcançar uma demanda da sociedade, mas destina-se para ações imediatistas.

“A gente, o nosso orçamento é até um orçamento considerável, não é o ideal, longe de ser o ideal, mas é um orçamento até na frente de outras secretarias do governo, é um orçamento bem bacana, que ele é gasto, 70% no segundo mês do ano, com o carnaval. Então, eu te respondo aí o que eu tô falando, simplifico nisso, o que eu to te falando. É a gente tem recursos aí consideráveis que são gastados nos eventos, e a política de fomento é praticamente nula.” (PP QUEIMADOS 1)

A dificuldades em fazer com que os recursos destinados à área da cultura sejam melhor aproveitados está relacionado com a falta de capacitação dos gestores culturais.

“Então, é como eu falei com você, eu fui convidada pra vir pra secretaria, porque é uma secretaria nova, precisava dessas questões né, conselho, fundo, essa coisa toda. Aí pra gente tá criando o fundo, pra você tá criando, construindo, um plano municipal de cultura, você precisa da sociedade civil, e da governamental. Principalmente a sociedade civil, enquanto participante pra opinar mesmo, sobre as questões, os objetivos, o que é importante pro município ou não.” (PP JAPERI)

Dessa forma, o trecho acima só reafirma o que os autores Costa e Cunha (2010) ressaltam que os erros na formulação de políticas pública são constantes em função do despreparo dos burocratas na preparação e implementação destas políticas.

“E a gente começou o trabalho, montando toda política cultural da cidade, que era uma política que não existia, existia cultura, existia uma série de coisas, mas a política de cultura não existia. Como eu falei não tinha fórum,

não tinha conselho, tava tudo se construindo. Ai a gente começou a há... fazer esse trabalho, né!” (PP NILÓPOLIS 2)

“ Quando de novembro de 2013 foi dada a posse da primeira da a.. atual gestão é... um pouco depois o município criou o fundo municipal de cultura (...) foi criado a lei do fundo municipal de cultura sem regular e...e... e institucionaliza-la ou seja, ate hoje essa lei foi criada e ainda não foi estabelecida o funcionamento do fundo, que precisa de um gestor, de um contador de advogado, de um staff de servidores para faze-lo funcionar. Da posse ate a minha efetiva participação no conselho, que eu fui para a reunião de posse, não” (PP NI)

Diante disso, é possível perceber que os gestores estão com dificuldades de executar às políticas culturais. Dessa forma alguns elementos marcam a construção das políticas culturais da Baixada Fluminense como pode ser observado no quadro a seguir.

Quadro 1 – Políticas Municipais de Cultura

Políticas Municipais de Cultura
Política cultural baseada em eventos
Política marcada pela descontinuidade
Informalidade das Ações Culturais
Escassez de recursos
Falta de Capacitação dos Gestores
Dificuldade em executar as políticas culturais

Fonte: Elaborado pela autora.

Outra questão importante, é que o Brasil tem um histórico de problemas na área da cultura, a fim de romper com isso, o MINC tem buscado institucionalizar a área da cultura, e para isso o SNC prevê que cada município tenha uma secretaria de cultura independente. Entretanto essa ainda não é uma realidade em todos os municípios, e as secretarias de cultura enfrentam esses e mais outros desafios para o funcionamento.

“Tá sendo, assim, em 2015 que a gente tá (pausa) muito difícil porque, a Secretaria de Educação é uma Secretaria que tem recurso e a Secretaria de Cultura é uma Secretaria que, assim, a gente não tem tanto recurso quanto a Educação que tem uma verba carimbada, né? 25% da receita, como a Saúde tem 15. A Secretaria de Cultura não. Tem que lutar e fazer seus esforços para ter, né? A gente tem muitos projetos... (pausa) é..(pausa) Alguns realizados, com muita dificuldade, mas eu falo que é sempre um trabalho de formiga.” (PP JAPERI 2)

Um dos principais desafios que a secretaria de cultura enfrenta é a falta de recursos destinado à ela, porque diferente da secretaria de saúde e educação que tem um percentual específico.

“Aí, em 2012 a gente consegui... é ...(pausa) com muita, assim, dificuldade fazer a criação da Secretaria sozinha, né? De ter uma Secretaria única e exclusiva de Cultura, separar da Educação. (PP JAPERI 2)

“É... (pausa) Magé tem um problema sério. Magé tem uma Cultura vinculada a Educação ainda. Até uma das propostas do governo é que a gente tentasse de alguma forma separar essa Secretaria de Cultura da Educação. Até porque a Educação vê a fo...(pausa) a cultura só como uma forma educativa, né? Não

vê também como uma forma prazerosa e como uma forma de profissão. A cultura também é uma profissão, né? Então...(pausa) É...(pausa)A relação conselho-cultura aqui em Magé, eu vou dizer pra você que poderia ser melhor. Não é porque...(pausa) o...(pausa) A cultura em Magé, por exemplo, ela jogou a responsabilidade da cidade toda na Fundação Cultural, entendeu? A Fundação Cultural funciona com um tipo de verba, que não é tanto. Não é...(pausa) Não...(pausa) Não é o suficiente pra manter as...(pausa) Fazer todos os fomentos.” (SC MAGÉ)

Sem recursos é muito complicado manter uma secretaria de cultura independente, entretanto, ter a área da cultura atrelada à outra secretaria como de educação faz com que perca-se o foco das políticas públicas de cultura, e os recursos também acabam sendo divididos.

“...muitas das vezes, eu fui fazer uma palestra no UNIABEU e eu ouvi do coordenador do evento o seguinte...Nilópolis agora tem uma secretaria de cultura, ela não tem uma secretaria de eventos...A secretaria de eventos, ela acontece em todas as cidades da baixada...é muito mais fácil você colocar um evento do que colocar um processo...é muito mais fácil você colocar uma pessoa lá cantando do que você ter um processo cultural, de formação cultural. Mas nós estávamos fazendo, nós estamos fazendo, política de cultura. O prefeito ele deu total liberdade para que a gente trabalhasse a política de cultura como ela tem que ser trabalhada. E na época, o secretário, o secretário anterior, é...me deu condições de fazer isso...Então eu fui buscar o que é que fazia parte dessa formação e que podia ser trazido para Nilópolis...” (PP NILÓPOLIS 1)

Ademais, a cultura sempre esbarra na dificuldade de ser sinônimo de evento, como no trecho acima, em que relata o caso de Nova Iguaçu, que teve o nome da secretaria de cultura alterada para secretaria de eventos. Porém, apesar desse ser o único caso relatado de nome trocado, muitas vezes, o foco da secretaria de cultura é fazer eventos.

“Nós tivemos o primeiro secretário de cultura. Eu fiquei um ano aqui eu vi ele duas vezes. Como é que chamava ele? O (Nome Secretário) foi aí nosso primeiro secretário de cultura. Eu vi ele duas vezes. Eu como conselheira vi ele duas vezes. Tem que começar a trabalhar sim. É difícil. Temos uma Casa de Cultura belíssima. O (nome secretário) quando assumiu ele ampliou. Ele ampliou o palco, porque nós não tínhamos dependência de camarim, rampa pra deficiente. Ele fez tudo isso. Banheiro pra deficiente. Ele ampliou bem a Casa da Cultura. Temos uma Casa de Cultura belíssima, que fica lá parada. Parada, porque eu com esse secretário não faço um evento lá. Eu não faço, porque fica a sociedade trabalhando, dando trabalho pra eles mostrarem. Então, se depender de mim, enquanto esse secretário tiver aí eu não faço um trabalho na secretaria de cultura, na casa de cultura. E todos os meus” (SC BF)

A descontinuidade nas políticas culturais é causada pela constante troca de gestores na área da cultura, as vezes em quatro anos passam muitos secretários na área, o que dificulta a formulação de políticas contínuas no município.

“No ano passado, a gente já tinha uma crise anunciada né, no final do ano passado, a gente já tinha uma crise econômica anunciada, o governo federal, logo pos eleição já tinha dado uma pista do que seria, e obviamente, que quem está acima nas esferas políticas e econômicas, tem noções, muito mais aprofundadas que os técnicos de quarto e quinto escalão como nós né.

Mesmo assim, mesmo com essa crise anunciada nos entramos no mês de janeiro, nos viramos o ano, abrimos o orçamento, e fizemos um carnaval mega, top, Power, gigantesco, custoso, caro. O único projeto que existe na secretaria de fomento, de base, de estímulo à formação intelectual e cultural das pessoas é o festival de teatro, esse festival foi abortado porque não tinha recurso. Então, se houvesse uma reorganização desses recursos, a gente poderia ter um carnaval menor e acontecer o festival.” (PP QUEIMADOS)

Por último, um dos maiores desafios da área da cultura juntamente com a falta de recurso é o uso equivocado dos recursos destinados à área. Por isso, o Fundo Municipal de Cultura, o Plano Municipal de Cultura, o Conselho Municipal de Políticas Culturais têm como objetivo melhorar a gestão dos recursos, ampliar a formulação de políticas culturais e possibilitar maior participação social nas decisões culturais do município. O quadro a seguir apresenta uma síntese dos principais aspectos que influenciam o funcionamento da secretaria de cultura.

Quadro 2 –Secretaria Municipal de Cultura

Secretaria Municipal de Cultura
Falta de recurso destinado à cultura
dificuldade em tornar a secretaria independente
secretaria voltada para realização de eventos
constante mudança de gestor
falta de articulação com as instâncias federais e estaduais
Falha na gestão dos recursos

Fonte: Elaborado pela autora.

Portanto, neste último tópico, busca-se analisar os trechos de entrevistas e caracterizar como a implementação dos elementos do SNC tem acontecido. Já é possível notar que o SNC provocou algumas mudanças na gestão da cultura nos municípios, mas também tem surgido algumas dificuldades em torná-lo implementá-lo.

“Tinha uma pressão Federal né, pros municípios se enquadrarem, tinha que tá com o plano aprovado. E aí fomos trabalhar em cima da questão do Plano de Cultura.” (SC CAXIAS)

“Através da nossa gestão foi criado o Plano de Cultura aonde foi criado, o Sistema na verdade, o Conselho Municipal de Cultura que até então era um parto na cidade, então através de uma articulação política, de juntar com a família de vereadores nós aprovamos a Lei que rege hoje o município, a questão do Sistema de Cultura e pra gente foi um grande marco da cidade, foi o maior marco da cidade.” (PP MESQUITA)

Os próprios conselheiros entendem a importância do SNC para o município e estão se esforçando para alcançar as exigências previstas. Eles entendem que há uma necessidade de institucionalização da cultura, para que a política cultural deixe de ser um apenas um evento no município.

“Então é o que eu te falei, a gente começou num departamento da secretaria de educação. Ai, foi feito pra que a gente pudesse né fazer parte dessa

questão cultural nacional, porque ta tudo mudando. Então, as leis de incentivo, o fundo e o plano nacional, famoso CPF, que é conselho, plano e fundo que todos municípios, todos estados, todos municípios precisam se organizar com seu CPF, que é conselho, plano e fundo, pra obter verba e recurso do governo federal” (PP GUAPIMIRIM)

A partir disso, o conselho municipal de cultura foi criado para cumprir uma exigência do SNC, e não é uma resposta unicamente da demanda da sociedade. Então, acredita-se que isso influencia diretamente na forma como a participação acontece na área da cultura, de forma limitada.

“Até que a gente conseguiu que o prefeito assinasse o acordo junto ao Ministério pra fazer parte do sistema nacional. Depois que o município entrou pro sistema nacional de cultura, que coisa boa, por quê? É, eu acho muito legal o sistema, vou falar um pouquinho dele, porque ele obriga de uma certa forma né, entre aspas, ele induz a participação maior da sociedade civil. Então quando o município aderiu ao sistema, o município teve que seguir uma série de passos pra tá a contento daquilo que o prefeito assinou. Então a gente teve a 1ª Conferência Municipal de Política de Cultura, a conferência de cultura, que é diferente da de política cultural...Então a gente criou o conselho municipal paritário, as secretarias pertinentes ao conselho, elas realmente passam pela cultura, perpassam ao setor cultural, e é em igual número pra sociedade civil, e o conselho começou a funcionar” (PP NILÓPOLIS 1)

Devido à isso, a participação social está vinculada à implementação do SNC, como os autores Moreira e Faria (2005) discutem é preciso repensar as práticas participativa de forma que esses espaço não sejam apenas para cumprir obrigações legais.

“O nosso conselho é um conselho muito novo assim como a secretaria, a secretaria de cultura só tem quatro anos. Então é tudo muito novo. Então, eu procuro sempre ir as reuniões no estado. Vou muito a secretaria do estado do Rio de Janeiro pra buscar né informação, buscar eventos pra trazer pra cá pro município, um município muito carente nessa parte. Então basicamente é isso né, eu trabalho vinte e quatro horas por dia com cultura.” (PP GUAPIMIRIM)

Além das dificuldades de uma efetiva participação através desses espaços de participação exigidos pelo SNC, os municípios também tem enfrentado dificuldade técnicas para executar as exigência do SNC. Por isso, é necessário que além de enviar diretrizes de como deve ser feito, também envio o apoio técnico de pessoas capacitadas para isso.

“Com o Federal o espaço é maior ainda. Acho que não...(pausa), é...(pausa) Hoje, acho que a gente (pausa). Teve sim! Teve um encontro quando a gente conseguiu trazer o Ministro da Cultura aqui na Baixada, que foi em São João de Meriti, e nós levamos o Conselho até lá. Na verdade, a gente também faz essa ponte. Eles, eu acho que eles acham que deve ser Deus, né? Acho que eles não têm essa visão nossa (possibilitante) que, “Aí, caramba.. Vou !” (PP JAPERI 2)

Um dos objetivos principais do SNC é a articulação dos órgãos públicos de cultura nas instâncias municipais, estaduais e federal, entretanto, os conselheiros

relatam um distanciamento dos órgãos municipais das instâncias federais. Esse distanciamento acaba dificultando a implementação do SNC por falta de divulgação de informações técnicas pelo MINC. O quadro a seguir apresenta os principais elementos determinantes para o funcionamento do SNC.

Quadro 3 –Elementos SNC

Elementos SNC
Necessidade de institucionalização da cultura
Criação do conselho como consequência da exigência pública
Participação social vinculada a implementação do sistema nacional de cultura
Dificuldade técnica de executar as exigências do SNC
Distanciamento das instâncias federais.

Fontes: elaborado pela autora.

6. Considerações Finais

A articulação dos conselhos com os principais elementos do SNC ainda é muito deficitária por conta das dificuldades técnicas em executar as exigências, a secretaria de cultura, por exemplo, ainda não é uma realidade em muitos municípios, além dos desafios enfrentados pela falta de recursos na área da cultura, e o distanciamento com as instâncias superiores. O SNC é uma política cultural recente que visa a institucionalização da área do cultura no país e a articulação entre órgãos municipais, estaduais e federal da cultura porém após dados apresentados pode-se inferir que há necessidades de melhoria no diálogo e cooperação entre esses para que os municípios consigam se adequar ao sistema. Dessa forma, espera-se que nos próximos anos, a realidade da cultura no país seja diferente, e os conselhos têm papel central para que isso ocorra, sendo o impulsionador para que as formulações de políticas culturais aconteçam com a participação social.

Os conselhos municipais de cultura da Baixada Fluminense são um marco na democratização das políticas culturais, porém ainda há vários obstáculos para que ele se torne efetivo. Um dos principais pontos identificados na observação das reuniões é a falta de articulação com o poder público, a pouca influência que a sociedade civil tem nas decisões políticas dos municípios, e também a dificuldade do órgão público municipal gerir essa relação com o conselho. Há uma necessidade do poder público entender a importância dos conselhos, e não apenas utilizá-los para benefícios próprios.

As contradições presentes no discurso do poder público e da sociedade civil fizeram identificar vários desafios presentes nos conselhos para uma participação

efetiva. Os espaços participativos são um ganho para a sociedade civil, mas tem servido para perpetuar as práticas autoritárias do Estado devido às exigências burocráticas envolvidas, ao pouco estímulo à participação e a baixa importância dada à sociedade civil nas decisões políticas. Sendo assim, esta pesquisa buscou avançar nas discussões sobre os limitadores processo de participação social nos conselhos municipais de cultura que ficam muitas vezes no campo teórico, e poucos resultados efetivos de interferência são identificados.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C.; TATAGIBA, L. Os conselhos gestores sob o crivo da política: balanços e perspectivas. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo , n. 109, Mar. 2012

CANEDO, D. A participação social na elaboração de políticas públicas de cultura na Bahia. In: CALABRE, L (Org). Políticas Culturais : reflexões sobre gestão, processos participativos e desenvolvimento. São Paulo : Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2009.

CARVALHO, C. A. O estado e a participação conquistada no campo das políticas públicas para a cultura no Brasil. In: CALABRE, L (Org). Políticas Culturais : reflexões sobre gestão, processos participativos e desenvolvimento. São Paulo : Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2009

CALABRE, L. Gestão cultural municipal na contemporaneidade. In: CALABRE, L (Org). Políticas Culturais : reflexões sobre gestão, processos participativos e desenvolvimento. São Paulo : Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2009.

FARIA, H. Conselhos Municipais de Cultura: cultura participativa e cidadania cultural. In: CALABRE, L (Org). Políticas Culturais : reflexões sobre gestão, processos participativos e desenvolvimento. São Paulo : Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2009

FARIA, H. Conselhos municipais de cultura e cultura par cipa va: reavaliar caminhos e buscar horizontes. in. faria, Hamilton, (org.); MorEira, altair; (org.); VErSolato,

fernanda, (Org.) Você quer um bom conselho? Conselhos municipais de cultura e cidadania cultural. São Paulo: Instituto Pólis, 2005 – p. 114-122

FARIA, H.; MOREIRA, A. Cultura e governança: um olhar transversal de futuro para o município. in: faria, Hamilton, (org.); MorEira, altair; (org.); VErSolato, fernanda, (org.) Você quer um bom conselho? Conselhos municipais de cultura e cidadania cultural. São Paulo: Instituto Pólis, 2005. p.9-18

LEITÃO, C. Cultura e municipalização. Salvador : Secretaria de Cultura, Fundação Pedro Calmon, 2009

MATA-MACHADO, Bernardo Novais da. Diretrizes para o planejamento de uma Política Pública de Cultura. In: FARIA, Hamilton; NASCIMENTO, Maria Ercília do. Desenvolvimento Cultural e Planos de Governo. São Paulo: Polis, 2000.

MINAYO, M. C. S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciênc. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 621-626, 2012.

MINC. Guia de orientações para os municípios – Sistema Nacional de Cultura: perguntas e respostas. Brasília: MINC/ CNPC/SAI, 2011.

TEIXEIRA, A. C. Formação dos Conselhos no Brasil. IN: FARIA, Hamilton, (Org.); MOREIRA, Altair; (Org.); VERSOLATO, Fernanda, (Org.) Você quer um bom conselho? Conselhos municipais de cultura e cidadania cultural. São Paulo: Instituto Pólis, 2005.